



**PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**
CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**22º CONCURSO DE INGRESSO
NA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO – 2018**

**003. SEGUNDA PROVA ESCRITA (DISCURSIVA)
PRIMEIRA ETAPA | QUESTÕES
PROCURADOR DO ESTADO NÍVEL I**

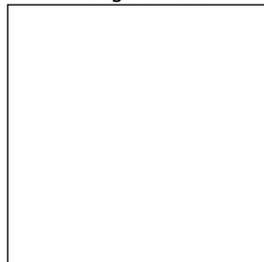
- Você recebeu este caderno contendo 6 questões discursivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Assine apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no corpo deste caderno, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à prova.
- É permitida a consulta à legislação, desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial. Demais regras, nos termos do Edital 01/2018.
- É vedado, em qualquer parte do material recebido, o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material similar.
- Redija as respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- A duração da prova (peça processual e questões discursivas) é de 4 horas, já incluído o tempo para a transcrição dos textos definitivos.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva (peça processual) e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

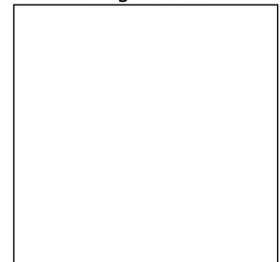
**PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**
CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
**22º CONCURSO DE INGRESSO
NA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO – 2018**
**003. SEGUNDA PROVA ESCRITA (DISCURSIVA)
PRIMEIRA ETAPA | QUESTÕES DISCURSIVAS**
 PROCURADOR DO ESTADO NÍVEL I

CAD 6Q

Polegar direito



Polegar direito





PGES1701



03003002

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

Assinatura

Assinatura

Assinatura



PGES1701



03003003



**PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**22º CONCURSO DE INGRESSO
NA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO – 2018**

**003. SEGUNDA PROVA ESCRITA (DISCURSIVA)
PRIMEIRA ETAPA | QUESTÕES
PROCURADOR DO ESTADO NÍVEL I**

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA



PGES1701



03003004

QUESTÃO 1 – DIREITO CIVIL
(valor máximo: 5 pontos)

Quais os requisitos informadores da revisão contratual por onerosidade excessiva fundada no Código Civil? Explique. Ela tem cabimento nos contratos aleatórios? Explique.

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGES1701



03003006

QUESTÃO 2 – DIREITO CIVIL
(valor máximo: 5 pontos)

Quais as diferenças entre transação, compromisso e cláusula compromissória? Explique.

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGES1701



03003008

QUESTÃO 3 – DIREITO AMBIENTAL
(valor máximo: 5 pontos)

Pretendendo proteger área ambientalmente relevante, o Estado de São Paulo decidiu implantar uma Unidade de Conservação. Para tanto, iniciou estudos técnicos, ainda não concluídos, para definir diversos aspectos relacionados à criação, inclusive sobre a categoria mais indicada diante dos atributos ambientais daquele espaço territorial. Tendo em vista o intento de finalizar o projeto com a maior brevidade possível e diante do tempo necessário ao encerramento dos estudos e cumprimento dos demais requisitos legais e regulamentares, o Estado de São Paulo pretende a expedição de decreto de utilidade pública para fins de futura desapropriação da área, paralelamente ao avanço dos demais atos necessários à constituição da Unidade de Conservação.

Tendo em vista essas premissas, indaga-se:

- a) É possível a edição do decreto de utilidade pública para fins de desapropriação dessa área? Explique e fundamente.
- b) Existe alternativa, distinta da desapropriação, para o proprietário de área privada com vegetação nativa localizada no interior de Unidade de Conservação? Explique e fundamente.

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGES1701



03003010

QUESTÃO 4 – DIREITO AMBIENTAL
(valor máximo: 5 pontos)

Buscando superar grave crise hídrica pela falta de chuvas, o Estado de São Paulo iniciou a implantação de projeto de transferência de água entre reservatórios, com o objetivo final de regularizar a vazão de determinado sistema produtor. Para tanto, diante da urgência do projeto, o Estado se pautou em *Estudo Ambiental Simplificado* e outros estudos técnicos. O Ministério Público ingressou com Ação Civil Pública (ACP) pleiteando a interrupção das obras, pois tal empreendimento demandaria a realização obrigatória de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), em razão de determinação expressa da Resolução CONAMA nº 01/1986 (artigo 2º, inciso VII). Ademais, aponta o *Parquet* que, em tese, essa questão já teria sido objeto de ação judicial, vedando a mesma transferência de águas e já transitada em julgado, embora prolatada há mais de 15 anos e em circunstâncias fáticas distintas.

Tendo em vista essas premissas, responda:

- a) Enquanto Procurador do Estado de São Paulo, indique os argumentos para defesa do Estado na ACP, especificamente sobre a não realização de EIA-RIMA.
- b) De que modo o meio ambiente influencia a concepção da coisa julgada, permitindo sua superação no caso concreto acima delineado?

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGES1701



03003012

QUESTÃO 5 – DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO
(valor máximo: 5 pontos)

Sobre o *jus variandi*, responda aos seguintes quesitos:

- a) O que é o *jus variandi*?
- b) Qual é o seu fundamento entre os poderes do empregador?
- c) O exercício do *jus variandi* pode acarretar, lícitamente, a supressão do pagamento de adicional ou de gratificação ao empregado? Em caso afirmativo, exemplificar.
- d) Existe relação entre o *jus variandi* e o *jus resistentiae*? Em caso afirmativo, qual é essa relação?

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA



PGES1701



03003016